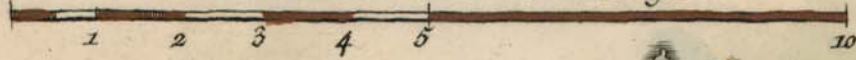


CARTE PARTICULIERE DES ISLES MOLOUQUES.

Echelle de Lieues Marines de 20 au Degre'



INSTITUTO CULTURAL DO GOVERNO DA RAIA DE MACAU
 澳門特別行政區政府文化局

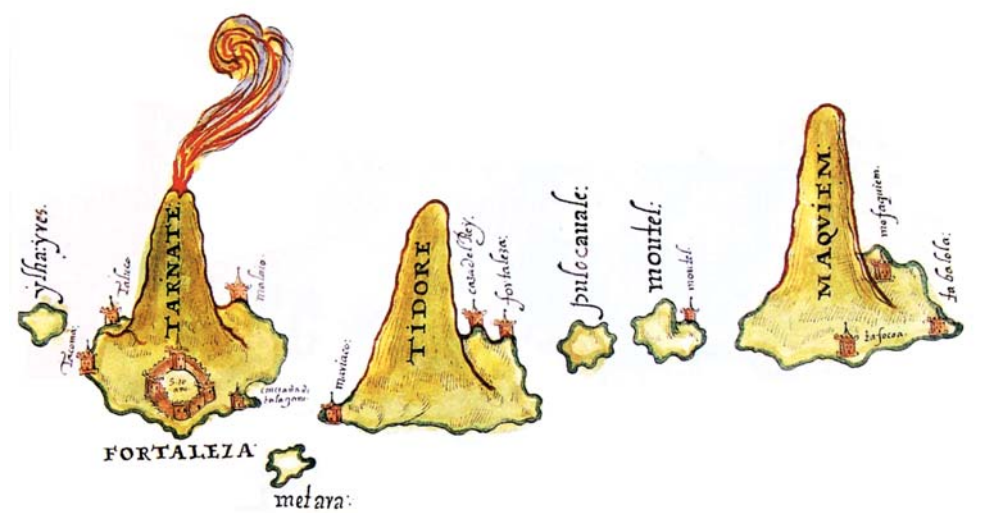




A Influência Europeia na Tradição Arquitectónica das Ilhas Molucas

Alguns Exemplos de Ternate, Tidore e Halmahera

MANUEL LOBATO*



INTRODUÇÃO: UM MUNDO DE INFLUÊNCIAS EXTERNAS

Desde o século XIX que os historiadores do Sueste Asiático encararam esta região como uma extensão do mundo indiano na qual se faziam igualmente sentir influências provenientes da China. Os termos que se mantêm nas línguas latinas para a designar – Insulíndia

* Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Mestre em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É investigador do Departamento de Ciências Humanas do Instituto de Investigação Científica Tropical e vice-coordenador do seu Centro de História. Publicou livros e artigos sobre história da presença portuguesa em Moçambique, Índia e arquipélago malaio-indonésio.

Graduate in History from the Faculty of Arts of Lisbon University, M.A. in the History of the Portuguese Discoveries and Expansion from the Faculty of Social and Human Sciences of Lisbon's Universidade Nova. Researcher at the Department of Human Sciences of the Instituto de Investigação Científica Tropical and deputy coordinator of its History Centre. Publications include books and articles in the history of the Portuguese in Mozambique, India and the Malay-Indonesian archipelago.

e Indochina – são expressão de uma atitude manifestada pelos sábios europeus do século XIX e da primeira metade do século XX, na sua maioria eruditos com formação em estudos indianos ou chineses, que persistiu demasiado tempo na negação de uma personalidade cultural sueste asiática. Só nas vésperas da Segunda Guerra Mundial alguns estudiosos começaram a despertar para a compreensão do facto de que uma certa comunidade cultural estava escondida por detrás da multiplicidade étnica e linguística e da fragmentação política em que a região está mergulhada desde épocas muito recuadas. J. C. Van Leur, em especial, chamou a atenção, na sua tese publicada em 1934, para o “fino e escamado verniz” (*a thin and flaking glaze*) que esconde a forma particular como os elementos exógenos são filtrados e integrados nas próprias culturas locais sem desvirtuarem os traços mais essenciais destas últimas.¹ Seria preciso, no entanto, esperar pelo pós-guerra para que tais desenvolvimentos ganhassem a academia e fossem



Mapa das Molucas, in Joan Blaeu, *Atlas Mayor, o Geographia Blaviana*. Amsterdão, 1669.

integrados nos programas de estudos universitários e na investigação em geral.

Dada a apetência das populações do Sueste Asiático continental e insular para adoptarem modelos importados nos diversos domínios da cultura material e imaterial, constata-se, desde o século XVI, uma influência europeia muito marcada, que, no domínio das artes da guerra e, em particular, no domínio da arquitectura militar, se misturou na tradição construtora austronésia,² nela introduzindo novas técnicas e novos elementos estruturantes, paralelamente à proliferação de armas de fogo de grosso calibre no assédio às praças-fortes.

As influências externas estão, portanto, no cerne das problemáticas históricas e culturais desta região, de que as ilhas Molucas fazem parte. A sua pequena dimensão física, quase mínima, não invalida uma

história muito rica que se iniciou no século XIV,³ havendo referências ainda mais antigas nas fontes chinesas.⁴ O facto de as Molucas se contarem entre as poucas ilhas do arquipélago malaio-indonésio onde o cravo-da-Índia existia em estado nativo e de terem sido as únicas onde a recolha da especiaria em estado silvestre evoluiu para uma arboricultura bastante intensiva do craveiro, fez delas, durante séculos, a única região produtora e exportadora em todo o mundo. Assim, a influência – e por vezes a ingerência – exógena nestas ilhas fez-se sentir ininterruptamente desde um passado muito remoto por parte dos estrangeiros, geralmente mercadores – chineses, javaneses, indianos e, finalmente, europeus – que em cada época visitaram as ilhas e controlaram a exportação do cravo.⁵ Essa influência não se exerceu da mesma maneira sobre as ilhas vizinhas, que não eram



visitadas regularmente pelos mareantes e mercadores estrangeiros.

Porém, a influência externa que maior impacto teve na cultura dos habitantes das Molucas foi, sem dúvida, a adopção do Islão pelos reis locais no século xv, que se terá ficado a dever à influência de mercadores muçulmanos oriundos de Malaca e das cidades portuárias do *pasisir* javanês. O primeiro rei a converter-se ao Islão foi o rajá de Ternate, cerca de 1465, que passou a intitular-se sultão, por ser aquele que ocupava o topo da hierarquia entre os diversos soberanos do arquipélago e como tal era reconhecido.⁶ Seguiu-se-lhe o rajá de Tidore e todos os demais reis e *sangaji*, os chefes tradicionais.⁷ Esta sequência na adopção por parte dos governantes molucenses da nova ordem islâmica é importante para o tema aqui proposto na medida em que, de forma embora parcial e menos impactante, ela se repetiu no acolhimento dispensado aos europeus e ao principal símbolo de poder de que eles eram portadores: a fortaleza.

Nas Molucas do Norte, a influência portuguesa e espanhola, que se fez sentir durante o primeiro quartel do século xvi, levou os reis locais, como o rajá de Tidore e o *sangaji* de Jilolo, a serem permeáveis, já no segundo quartel do século, ao aconselhamento de peritos ibéricos – um dos quais um renegado português, cujo nome se desconhece – no que toca à construção de cercas de pedra e de fortificações propriamente ditas, edificações eficazes e prestigiantes que, apesar do seu forte simbolismo, tiveram, por vezes, carácter efémero.

No entanto, é na ilha de Ternate que, a par da adopção de algumas características do urbanismo português por parte dos naturais, se encontram os melhores exemplos de um certo sincretismo, especialmente visível na remodelação da primitiva fortaleza portuguesa de S. João Baptista (1522) para servir de residência aos sultões locais, entre 1575 e 1606, sob a designação de *Gamalama* (malaio, “cidade grande”) ou de *Kastela*, ou ainda na reconstrução do forte de Toluku, ocorrida entre 1611 e 1619, igualmente convertido em residência régia após *Gamalama* ter sido capturada pelo governador das Filipinas, Pedro de Acunã.

Nos edifícios aqui analisados, que, em certos casos, chegaram mais ou menos intactos ou arruinados aos nossos dias, é possível reconhecer, sob a cortina da adopção de

arquitectónicas tomadas de empréstimo aos europeus, a persistência do simbolismo arquitectónico próprio da tradição dos construtores austronésios.

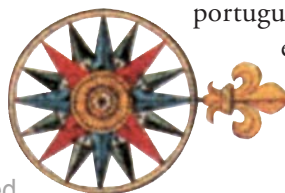
AS RESIDÊNCIAS FORTIFICADAS DOS SULTÕES DE TERNATE

1. O FORTE DE TOLUKU

Em 1955, no livro que dedicou à figura do capitão-general dos mares do Sul e governador do Estado da Índia, André Furtado de Mendonça, e certamente baseado em informações coligidas em Ternate durante a visita que fez a esta ilha em 1933, o Professor Charles Boxer divulgou uma foto de uma fortificação existente na mesma ilha e que ele supunha ter sido construída pelos portugueses. Diz a respectiva legenda: “Ruínas da antiga fortaleza e povoação dos Portugueses na ilha de Ternate (Fotografia tirada em 1933 por C. R. Boxer)”.⁸ Sem o mencionar explicitamente, Boxer deixava no ar a ideia de que se trataria da fortaleza de S. João Baptista, erguida em 1522 pelo capitão António de Brito para prevenir o eventual estabelecimento espanhol naquelas ilhas, visitadas escassos meses antes da sua construção pelas duas naus sobreviventes da célebre expedição de Fernão de Magalhães,⁹ das quais apenas uma haveria de levar até ao fim a proeza de circum-navegar o globo.

Quando, em Julho de 1996, tive a oportunidade de me deslocar a Ternate para uma curta visita, apercebi-me de que o forte em questão muito dificilmente poderia ser a velha fortaleza portuguesa descrita nas crónicas e nas cartas de António de Brito. Este capitão construiu-a no melhor estilo das pequenas fortificações manuelinas, ou seja, uma torre de dois sobrados no ângulo de uma cerca, muito semelhante a outras fortalezas que foram erguidas nessa época pelos portugueses em diversos pontos do oceano Índico, como em Sofala (1505), Moçambique (1507) ou Malaca (1511).¹⁰ O forte fotografado pelo Professor Boxer apresentava características bem diversas, estando também situado num ponto da costa que não corresponde à localização repetidamente descrita em detalhe nas fontes portuguesas.

De qualquer forma, o panorama das fortificações portuguesas na ilha de Ternate apresentava-se então bastante confuso. Os naturais atribuíam – e ainda atribuem – origem portuguesa a diversas fortificações e ruínas, algumas das





“Gente que habita nas ilhas de Maluco; são gintios. Chamam-se Malucos. Destas ilhas vem o cravo.” Folio do Códice Português da Biblioteca Casatenense, in Luís de Matos (ed.), *Imagens do Oriente no Século XVI* (Lisboa: IN-CM, 1985).

quais eram de difícil acesso e estavam, nesse tempo, cobertas por vegetação. Por outro lado, a informação recolhida no local, que apontava para, pelo menos, três fortificações de origem portuguesa, não coincidia com a informação histórica disponível, a qual mostrava, de forma definitiva e irrefutável, que os portugueses haviam construído em Ternate apenas uma única fortaleza.

Uma segunda visita, em 2007, às ilhas de Ternate, Tidore, Makian e Halmahera, permitiu finalmente resolver o problema premente da identificação dos fortes que podem ser atribuídos aos portugueses e dos que se devem à presença espanhola. Depois da expedição de Fernão de Magalhães, os espanhóis frequentaram episodicamente as ilhas Molucas, estabelecendo-se nelas após a união dinástica. Provenientes das Filipinas, tentaram assegurar militarmente a permanência das coroas ibéricas no confronto que, numa primeira fase, se opôs ao sultão de Ternate¹¹ e, depois, também

aos holandeses. Progressivamente os espanhóis foram passando a deter, de facto, embora não *de jure*, a soberania sobre as ilhas Molucas, convertendo-as numa extensão das Filipinas.¹²

No decurso do estudo que dedicámos à identificação das fortificações portuguesas e espanholas, resultou resolvida não apenas a questão da identidade do forte que figura na fotografia publicada pelo Professor Boxer – trata-se do forte de Toluku, bem conhecido localmente, sobre o qual os holandeses produziram alguma informação através dos tempos, que foi recuperada pela historiografia europeia e indonésia – como também ficou esclarecida a questão de saber quem o construiu e, portanto, se a suposta origem portuguesa do forte tinha ou não algum fundamento.

O forte de Toluku, cuja denominação provém do próprio local onde foi construído, conheceu inicialmente uma existência atribulada. Na verdade, não

PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES



é de origem portuguesa, mas espanhola. Denominado *San Juan de Toluco*, foi construído pelo sargento-mor Fernando de Ayala, em 1611, durante o governo do capitão-general das Filipinas, Juan de Silva (1609-1616), a cerca de meia milha para norte do forte *Melayu*,¹³ que os holandeses denominaram forte *Orange*, o principal bastião do poder holandês em Ternate até à independência da Indonésia. Dada a dificuldade da empresa, os espanhóis organizaram uma força expedicionária, liderada pelo referido sargento-mor, com o objectivo de construir e manter um forte em Toluku.¹⁴ Esta força era composta por cinco companhias, sob o comando de Fernando Centeno Maldonado, Andrés Hinete e Pedro Zapata¹⁵.

O plano espanhol consistia em assenhorear-se da pequena ilha de Ternate, ocupando pontos-chave estrategicamente situados na costa sul e na costa leste, viradas à ilha de Tidore e à muito maior ilha de Halmahera. Contudo, confrontados com o enorme poderio das frotas holandesas, os espanhóis foram obrigados a abandonar o forte de Toluku logo após a sua construção, sendo então ocupado pelos holandeses, que o rebaptizaram como *Fort Hollandia*. Algum tempo volvido, em 1612 ou pouco depois, entregaram-no ao sultão de Ternate, Muzaffar (r. 1606-1627), filho e sucessor do sultão Said Berkat (1583-1606), que fez dele a sua nova residência, pois a capital, Gamalama, havia sido perdida para os espanhóis, em 1606, que ali fundaram um presídio militar a que chamaram *Nuestra Señora del Rosario*.

Na sua forma actual, a mesma que já possuía no século XVII, Toluku fornece o melhor exemplo, nas Molucas, de um edifício militar em que a arquitectura nativa se combina com a influência europeia. Como se verá adiante, Toluku não é caso único, nem sequer o mais antigo, mas é o que está melhor preservado entre os que chegaram aos nossos dias.

Se atendermos apenas ao talhe da pedra, à disposição dos aposentos e da casa da pólvora no interior do edifício, poder-se-ia dizer estarmos na presença de uma construção europeia. Contudo, superabundam os elementos estruturais estranhos à arquitectura militar europeia e que, pelo contrário, são característicos da tradição austronésia e apontam para um desenho nativo. De facto, várias referências confirmam que o forte de Toluku serviu, desde 1612, de residência ao sultão Muzaffar de Ternate, que o reconstruiu e lhe conferiu

a sua presente forma.

A porta de armas, inserida na fachada virada ao monte Gamalama, o vulcão central da Ilha, é ladeada por duas torres ou baluartes redondos, conjunto que ocupa toda a extensão dessa fachada. Segundo os informantes nativos, entre os quais se conta um membro da família real, a fortaleza pretende representar uma figura feminina. A sua arquitectura, especialmente no que toca aos bastiões redondos, que, em conjunto com a porta, constituem os elementos supostamente femininos do edifício, segue, neste ponto, um padrão bastante disseminado na parte oriental do arquipélago malaio-indonésio, desde as Molucas até Timor-Leste.

Toluku fornece o melhor exemplo, nas Molucas, de um edifício militar em que a arquitectura nativa se combina com a influência europeia.

Os atributos femininos, passivos e terrestres atribuídos a este forte são adequados a um edifício projectado para servir de residência a reis, aos quais correspondem os atributos masculino, activo, guerreiro e celeste (ou solar). O trabalho de campo permitiu, assim, descobrir representações sagradas do espaço presentes em edifícios militares que a habitual rotina literária do historiador não teria facilmente descortinado.

2. GAMALAMA

A fortaleza de S. João Baptista em Ternate, fundada em 1522, haveria de cair às mãos do sultão Baab Ullah (r. 1570-1583) em 1575, após um longo cerco de cinco anos que a deixou parcialmente derrubada. Com a assistência de peritos militares javaneses, os sultões de Ternate reconstruíram esta fortificação velha e militarmente ineficiente para nela assentarem residência, transformando-a num complexo cercado por um fosso com estrepes e por dois muros de pedra envolvendo todo o perímetro da antiga fortaleza portuguesa, que assim foi convertida numa cidadela inexpugnável. Todo o conjunto foi profundamente

alterado e convertido num complexo militar com características marcadamente locais, defendido por uma guarnição de cerca de 3 000 mercenários javaneses e centenas de guerreiros ternatenses.

Ao mudar de mãos novamente em 1606, quando o governador das Filipinas o capturou e aprisionou o sultão Said al-Din Berkat Syah, os espanhóis aprofundaram o conceito de defesa da capital que havia sido desenvolvido pelos sultões, mantendo o sistema de duas paredes, que continham o presídio militar e a *Ciudad de Nuestra Señora del Rosario*, obra concluída em 1619. O local viria a ser abandonado em 1663, quando os espanhóis evacuaram as definitivamente as ilhas Molucas.

Dentro deste complexo manteve-se a fortaleza portuguesa, considerada pelo governador das Filipinas, Pedro de Acuña (1602-1606), que a capturou em 1606, demasiado pequena para acolher soldados e

instalar o arsenal necessário à sua defesa contra os holandeses e os ternatenses. Com efeito, a descrição que dela fez Juan Esquivel, primeiro governador espanhol das Molucas, que também participou na sua captura, revela que o sultão Said al-Din Berkat Syah a convertera em residência da família real mediante uma extensa reconstrução com as marcas da tradição de construtora austronésia. O sistema abaluartado herdado dos portugueses foi mantido, mas os baluartes receberam novo desenho e novos nomes, como *cachil Tulo*, derivado, talvez, do nome do responsável pela sua defesa.¹⁶

As características registadas por Esquivel são semelhantes às que ainda hoje podemos observar no forte de Toluku, construído presumivelmente após 1612, sob o sultão Muzaffar, filho e sucessor do sultão Said Berkat, para substituir o antigo forte português caído nas mãos dos espanhóis. Tais características são

Forte de Tokulu.





mencionadas num trecho de uma carta de Juan Esquivel para o rei:

“A fortaleza que Vossa Majestade tinha neste lugar é uma casa amuralhada sem resistência alguma à artilharia [...] de sorte que não servia ao inimigo mais do que de casa em que vivia; [... a sua] defesa estava numa muralha que tinha à entrada do lugar com dois [...] redondos e o mesmo tinha da outra parte e como o lugar está estendido ao longo da praia deve haver mais de dois mil passos de uma muralha a outra”.¹⁷

Ou seja, o complexo militar erguido pelo sultão de Ternate Baab Ullah e pelo seu sucessor, Said Berkat, em volta da antiga fortaleza portuguesa de S. João Baptista obedecia a uma planta trapezoidal com a base maior virada ao mar e continha o mesmo simbolismo régio e sexual que podemos ainda hoje observar no forte de Toluku, a despeito da disparidade existente entre as plantas de ambas as fortificações.

Enquanto o forte de Toluku ainda hoje pode ser visto em perfeitas condições de conservação, depois de ter sido recentemente restaurado, da antiga fortaleza portuguesa apenas restam as ruínas da torre e alguns panos dos muros de pedra.

TAHULA (OU TOHULA) E OUTRAS FORTIFICAÇÕES DO SULTÃO DE TIDORE

O forte de Tahula, na costa oriental de Tidore, razoavelmente bem preservado, começou a ser construído em 1610 por ordem do governador espanhol das Molucas, Cristóbal de Azcueta Menchaca (1610-1612), tendo ficado concluído em 1613, sob o governo de Jerónimo da Silva (1611-1617), a quem costuma ser atribuída a sua construção.¹⁸

Tahula situa-se numa colina sobranceira a Soasio, a povoação que servia de corte aos sultões de Tidore. A sua construção ficou a dever-se à necessidade de proteger esta capital, que lhe ficava a leste, em direcção ao mar.¹⁹ O referido governador das Molucas, Jerónimo da Silva, decidiu concentrar os meios de que dispunha na sua construção de forma a concluir a obra rapidamente, o que não podia ter feito sem o concurso do sultão de Tidore, *cachil* Mole (1599-1627), a quem o forte formalmente pertencia. Foi uma decisão prudente, porquanto, em Junho de 1614, os holandeses sofreram um sério revés no assalto que conduziram contra Tahula. Esta fortaleza



Forte de Tokulu: casa da pólvora.

era considerada tão “forte e inexpugnável”, que, na opinião de um anónimo português, “não pode ser tomada salvo [se o] quiserem os naturais della [tomar] por cerco”.²⁰ Parcialmente demolida e abandonada pelos espanhóis, em 1663, a fortaleza de Tahula foi reabilitada pelos holandeses que a mantiveram activa e integrada na sua rede de instalações militares até ao final do século XVIII.²¹

Várias são as características deste forte, nomeadamente a sua localização no interior da ilha de Tidore e as suas dimensões demasiado generosas para os limitados recursos de que dispunham os espanhóis, que permitem supor, não obstante a indubitável participação espanhola na sua construção, tratar-se de uma fortificação de cariz acentuadamente indígena. Poderia ter resultado do aproveitamento de uma fortificação mais arcaica que teria existido no mesmo local, explorando, assim, quer as excepcionais condições naturais do sítio para fins defensivos, quer a tradição austronésia de fortificar cumeadas e lugares altos de difícil acesso, logo facilmente defensáveis, verdadeiras fortificações naturais, que bastava beneficiar com muros de pedra bruta e solta, técnica esta que os portugueses denominavam de “pedra insossa” e os espanhóis de “pedra seca”.

Acresce a estas razões o facto de os sultões de Tidore terem acumulado um historial de construção de fortificações no interior da ilha em parceria com os espanhóis.²² Com efeito, a primeira parceria teve lugar



Ruínas da torre de menagem da fortaleza portuguesa de S. João Baptista.

em Janeiro de 1527, envolvendo os sobreviventes da armada do comendador Garcia de Loaysa, capitaneados por Martim Iñiguez de Carquizano, e o rajá de Tidore, Amir Udin, ou simplesmente *raja* Mir (r.1526-c.1551). Esta parceria resultou na construção, junto de Soasio, a povoação onde residia o rei local, e sob o seu patrocínio, de dois simples baluartes que controlavam a entrada do porto local.²³ Esta fortificação, que possuía uma capela ou igreja da invocação de Nossa Senhora do Rosário, seria tomada e arrasada por Vicente da Fonseca, capitão interino de Ternate, em 1529. Entretanto, no ano anterior, o caudilho espanhol Hernando de la Torre erguera, um pouco mais a norte e para o interior, um outro forte de “pedra e barro”.²⁴

Os espanhóis da expedição de Rui López de Villalobos estabelecidos em Tidore – outros houve que se estabeleceram em diversos pontos da ilha de Halmahera – optaram por não construírem eles próprios fortificações, encorajando, contudo, os reis locais a fazê-lo. Assim, em Agosto de 1545, com receio de represálias dos portugueses pelo acolhimento

dispensado a Villalobos, “*el rey [de Tidore] hizo fortalecer un peñol y encima del hizo una fortaleza de piedra seca, para se recojer alli si necessario fuese*”.²⁵ Possivelmente situava-se nas imediações do local onde, ele próprio ou o seu antecessor, levantara anteriormente uma fortaleza. Esta fortificação mais antiga fora destruída, em 1536, por António Galvão, capitão de Ternate (1536-1539), cabendo a mesma sorte à nova fortaleza, construída com auxílio dos espanhóis, que foi igualmente demolida, em 1551, pelo capitão de Ternate, Bernardim de Sousa (1546-1549 e 1550-1552). O local para a sua implantação foi escolhido pelos espanhóis, tendo a direcção dos trabalhos de edificação desta segunda fortificação ficado a cargo de um príncipe de Tidore, *kecil* (português, cachil) Rade, irmão do rajá Mir, o qual seguiu o conselho dos mesmos espanhóis sobre o assunto. Dava esta fortaleza protecção a Soasio, a já referida capital de Tidore, situada na costa leste da mesma ilha:

“junto a cidade; e sobre ella a fortaleza em hum outeiro [...], e não lhe podia fazer muito nojo a artelharia do mar [...], a qual aly situarão por consentimento, ajuda e favor dos castelhanos da armada de Ruy Lopes [de Villalobos]”.²⁶

O sultão de Tidore, porém, reconstruiu-a uma vez mais, como se depreende do facto de que, aquando da queda da fortaleza portuguesa dos Reis Magos de Tidore, ocorrida em 1605, ali se albergou um grande número de refugiados, na sua maioria mulheres e crianças oriundas da povoação portuguesa.

ILHA DE HALMAHERA OU JEILOLO (GILOLO)

Aparentemente, os espanhóis foram os primeiros europeus a construir fortificações em Halmahera, a maior ilha das Molucas. Com efeito, os sobreviventes da expedição espanhola liderada por Rui López de Villalobos (1542-1546) teriam ajudado o autoproclamado sultão de Jeilolo, Katarabumi (r. 1534-1551), a construir uma fortaleza na cidade do mesmo nome, que também lhe servia de residência e de capital. Garcia Escalante, no seu relato desta jornada às “ilhas do poente”, diz que, em Janeiro de 1544, o rajá de Gilolo “quedo de nos hazer una fortaleza”,²⁷ nova e diferente de outra que ele possuía.

Como acontece relativamente a muitas das fortificações de que existem apenas registos documentais,

PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES



As características desta fortaleza não são bem conhecidas. Sabemos, contudo, que ela substituiu uma fortaleza maior, que o mesmo sultão Katarabumi construiu anteriormente na mesma zona. As descrições que possuímos desta primeira fortaleza permitem concluir que se afastava já, pelo menos em algumas das suas características, da tradição construtora local, facto que se ficou a dever a um renegado português natural de Viseu, cujo nome Gabriel Rebelo, o cronista a quem devemos estes informes, que era também um “casado” de Ternate, omite na narrativa que nos deixou. Katarabumi tomou-o ao seu serviço, provavelmente como conselheiro naquilo em que os nativos reconheciam uma clara superioridade aos europeus, bem como aos javaneses: a arte da guerra. Neste papel, esse renegado anónimo prestou assistência técnica ao sultão de Jeilolo na construção da fortaleza, tendo sido ele, ainda segundo Gabriel Rebelo, o autor da traça e do plano geral da sua concepção:

“Tomou nesta guerra hum bergantim, com oito portuguezes e artelharia, por ardil dum portuguez de Viseu, arrenegado, que trazia, ao qual mandou cortar a cabeça, depois que lhe deu maneira de fazer a fortaleza, avendo que, como fora traidor aos seus, o seria também a elle.”²⁸

Sendo uma “fermosa fortaleza bem provida de gente, artelharia, & vitualhas”²⁹ e apesar dos seus numerosos defensores – mil e duzentos, segundo Gabriel Rebelo – terem resistido facilmente ao ataque conduzido pelo capitão português de Ternate, Jordão de Freitas (1544-1545), assistido por Fernão de Sousa de Távora, capitão-mor de uma armada enviada de Goa às Molucas, em 1545, o sultão Katarabumi decidiu demoli-la. Construiu então um novo forte, segundo um traçado mais reduzido e defensável – “alcançou que não podia suster tamanha couza, e fez outra mais pequena”³⁰ – num ponto um pouco mais elevado

Ruínas de Gamalama (Kastela).



“darredor do castello, que dantes tinha”, mantendo a proximidade ao mar.³¹ É possível que na decisão de demolir a fortaleza e de a reerguer noutra local tenha pesado o conselho do referido renegado português, dada a sua perícia militar.

Esta nova fortaleza, situada nas proximidades da “cidade” de Jeilolo, junto a uma grandiosa mesquita que o mesmo sultão mandara construir, foi capturada, em 1551, por uma força mista luso-ternatense chefiada pelo sultão de Ternate, Hairun (r. 1535-1545 e 1547-1570) e pelo capitão português da fortaleza de Ternate, Bernardim de Sousa, os quais ordenaram que os dois edifícios e a própria cidade fossem queimados e arrasados.

Era composta por uma dupla muralha. A externa, muito forte e resistente à artilharia, possuía dois grandes bastiões, enquanto a parede interna era comparativamente mais fraca, delineando uma espécie de “torre” ou castelo, com outras duas torres ou baluartes, que serviam de residência ao sultão de Jeilolo, suas numerosas esposas e filhos. De acordo com a maneira austronésia usual na construção de fortalezas costeiras, também esta fortaleza era trapezoidal com uma frente ampla na parte inferior virada ao mar, sendo muito estreita na parte superior voltada ao interior da ilha.

Interagia com outras fortificações menores, conhecidas como “fortes” ou “baluartes”, espalhadas pelos arredores, construídas em pedra mas, em geral, de feitura bastante fruste. Um desses baluartes, de frente para o mar, protegia uma pequena aldeia situada fora dos muros da cidade e as embarcações fundeadas na praia ou varadas em terra.³²

Gabriel Rebelo, que participou da captura da fortaleza de Jeilolo, em 1551, descreveu-a da seguinte maneira:

“Todo o muro era feito a maneira de vallado com terra e pedra; tinha, a cerqua, dous baluartes e sua cava mui largua, estrepada por dentro, e por fora, com tão bastos estrepes e postos ao revez huuns dos outros, [...], os quais erão toda a força da fortaleza, por os defenderem com muitas espinguardas e arremessos. Tinha, o castello, outros dous baluartes, com sua cava estrepada, e outro ao pé do muro...”³³

No local, parece não haver já quem recorde a localização exacta dessas fortificações erguidas em meados do século XVI pelo sultão Katarabumi

de Jeilolo com a colaboração de europeus que, por circunstâncias diversas, residiam na sua corte. Elas situavam-se junto da praia, provavelmente em Galala, perto de Jeilolo, onde, segundo a tradição oral, existiu outrora um forte “português”, etiqueta que nas ilhas Molucas costuma ser aposta à generalidade das ruínas cujas origens se perderam na memória colectiva dos seus habitantes.

Fomos incapazes de encontrar-lhes o rasto, apesar de uma inspecção mais aprofundada na zona ter revelado várias sepulturas muçulmanas, algumas delas aparentemente antigas, com inscrições em caracteres árabes. Esta evidência colhida no terreno é consistente com as informações histórico-documentais discutidas acima segundo as quais teria existido uma mesquita junto da segunda e mais recente das duas fortificações em causa, pelo que a existência de um cemitério nas imediações se afigura provável.

Acresce que o *sangaji* de Jeilolo, que tradicionalmente também era designado por rajá, ao autoproclamar-se sultão e ao erguer estas fortificações estava, de facto, a desafiar a autoridade do sultão de Ternate. A expressão *sangaji* (português, *sangage*) designava qualquer um dos dezassete governantes que se encontravam num plano hierárquico inferior ao dos quatro reis principais, embora nem sempre sujeitos a estes, caso do *sangaji* de Makian. Os portugueses consideraram o pequeno grupo dos *sangaji* como correspondendo à nobreza titular na Europa, apesar de alguns dos portadores desse título serem pessoas reais e, portanto, pessoas sagradas, condição que, de resto, o próprio termo exprime³⁴ e lhes advinha quer do parentesco com a linhagem dos reis das Molucas, dos quais todos os *sangajis* eram vassalos, quer ainda, noutros casos, por descenderem de antigas linhagens reais cujos domínios haviam deixado entretanto de ser considerados reinos. Alguns *sangaji*, em especial os de Jeilolo, a maior ilha, comportavam-se com total autonomia, reconhecendo apenas em teoria a autoridade do sultão de Ternate.³⁵ Sendo considerados reis, como tal são denominados – *raja*. Uma das definições que melhor dá conta do seu característico estatuto, comum a todos os dezassete *sangaji*, e, ao mesmo tempo, das *nuances* que existiam entre eles, foi-nos deixada por António Pinto Pereira, na sua *Historia da India*, onde afirma a dado passo, referindo-se aos *sangages* que davam obediência ao sultão de Ternate:

PARALLEL CULTURES AND TRANSCULTURAL PROCESSES



“sam os senhores de fora de Ternate, porque, Sangaje, he o mais alto titulo de todos, tirando a dignidade real, & assim se chamam os príncipes, & senhores subditos, & também alguns soberanos, cujos estados não são intitulos em reynos”.³⁶

As fortificações erguidas em Jeilolo estão, na verdade, estreitamente ligadas ao percurso político do autoproclamado sultão Katarabumi, cujo nome designa a função de regente para a qual o anterior rajá, seu tio, o escolhera na menoridade do herdeiro rajá “Lermucha”. Com efeito, Andrés de Urdaneta, que com ele privou durante a sua regência, designa-o por *kecil* Humi (do malaio *bumi*, terra, ou seja, regente). Katarabumi viria a assassinar o próprio rei “Lermucha”,³⁷ de quem era provavelmente meio-irmão e a quem sucedeu, tornando-se no primeiro sultão de Jeilolo. Urdaneta é aliás a única fonte que refere o conflito entre os dois regentes de Jeilolo, Katarabumi e o *kecil* Tidore, este protegido dos espanhóis sobreviventes da expedição de Rui Lopes de Villalobos e apoiado pelo ministro da justiça ou *hukum*, *kecil* Vaydua (Baidua), conflito cujo desfecho foi evidentemente favorável ao primeiro, que desfrutava de amplo apoio popular.³⁸ O novo rei de Jeilolo contou provavelmente com o apoio do próprio conselho dos quatro “bairros” ou *soa*, os segmentos sociais em que se dividia a população local, aos quais o rei anterior ordenara que, após a sua morte, coadjuvassem os regentes na governação do reino:

“dejó por gobernadores á Guichil Tidore y á Guichi Uso [Bumi], sobrinos suyos; juntamente con ellos dejó á quatro barrios de Gilolo porque entendiesen en las cosas que fuesen de mucha importância”.³⁹

Gabriel Rebelo explica que a reputação de Katarabumi cresceu rapidamente e espalhou-se até ao arquipélago de Banda:

“Finalmente, era grande seu credito e fama naquellas partes, ate Banda, onde era mui obedecido, de maneira que se hia criando nelle outro Mafamede [...], porque todos o ficavão temendo e obedecendo e adorando, porque já lhe chamavão *o rey grande*, que era la o nome antigo dos portuguezes [isto é, do sultão de Ternate aliado dos portuguezes]”.⁴⁰

Este súbito prestígio contrariava a proeminência do sultão de Ternate sobre os demais reis das Molucas, que estava explicitamente exarada nos mitos fundadores partilhados por todos os grupos étnicos das Molucas do Norte e havia sido consagrada na adopção por este rei

do próprio título do sultão. Mesmo o rajá de Tidore, que ocupava o segundo lugar na hierarquia dos quatro reis locais, só adoptaria tal título na segunda metade do século XVI, provavelmente apenas depois de 1578, quando os portugueses ergueram uma fortaleza junto de Soasio, a capital de Tidore.⁴¹

É, aliás, bem conhecida a disputa entre os reis locais para atraírem os recém-chegados portugueses às suas respectivas ilhas com o intuito de que nelas erguessem uma fortaleza.⁴² Tendo esta disputa sido ganha pelo sultão de Ternate nos dez anos que se seguiram à chegada dos primeiros portugueses à região, ocorrida em 1512, o rajá de Tidore viria a acolher posteriormente as várias expedições espanholas que se sucederam até meados da década de 1540. O *sangaji* de Jeilolo, por sua vez, ficou excluído nesta repartição de influências prestigiantes que os europeus representavam. Contudo, as relações do rei de Tidore com os espanhóis viriam a degradar-se quando este rei se sentiu defraudado nas suas expectativas, por os espanhóis, incapazes de encontrar a rota marítima de retorno à América – o que viriam a conseguir em 1566 – terem perdido o seu potencial militar e, com ele, o prestígio de que gozavam, ficando dependentes do seu anfitrião, o qual considerou entregá-los, como prisioneiros, aos portugueses estabelecidos na fortaleza de Ternate. De forma sugestiva, as próprias fontes espanholas ligam esta situação desprestigante ao facto de os espanhóis não terem poderio suficiente para erguerem uma fortaleza sua nas Molucas, ao atribuírem ao rajá de Tidore a opinião de “que nosotros éramos pájaros sin alas porque no teníamos fortaleza”,⁴³ afirmação que demonstra a carga simbólica que os nativos passaram a conceder às fortificações após a chegada dos europeus.

O *sangaji* de Jeilolo acolheu os espanhóis caídos em desgraça.⁴⁴ O seu filho e sucessor, Katarabumi, rajá de Jeilolo, intensificou a sua oposição à crescente influência e à política centralizadora levada a cabo por Ternate. A construção de fortificações era também um sinal de resistência ao domínio dos portugueses, porquanto estes se esforçavam para que a fortaleza de S. João Baptista, em Ternate, fosse a única em todas as Molucas do Norte,⁴⁵ razão pela qual o sultão local renunciou a construir uma para si e os próprios portugueses desenvolveram diversas acções armadas contra o rei de Tidore com o objectivo de capturar e demolir as fortificações que, com a ajuda dos castelhanos, construiu na sua ilha.

Se o prestígio que lhe advinha de possuir uma fortaleza portuguesa na sua capital, Gamalama, justificava tal renúncia, tal não inibiu o sultão de Ternate de, no domínio da arquitectura civil, conforme João de Barros nos informa, emular a povoação portuguesa contígua a Gamalama, nela construindo novos edifícios.⁴⁶ Em termos funcionais, ambas as povoações formavam, aliás, um único centro urbano dividido por uma cerca, inicialmente em madeira, que o capitão António Galvão substituiu, em 1537, por outra de taipa.⁴⁷ Esta divisão em dois núcleos estava de acordo quer com a tradição urbana ibérica medieval de separação entre comunidades confessionais – mouros e cristãos, como era aqui o caso – quer com a prática seguida no mundo malaio de dividir as aldeias e cidades em *kampong* ou bairros – que nas Molucas são designadas por *soa* (literalmente, pessoas) – segundo a procedência da população ou a sua inclusão classificatória num dos muitos grupos em que estas sociedades segmentárias estão repartidas.⁴⁸

Cabe ainda observar que a construção por parte dos reis das Molucas de fortificações com duplo recinto amuralhado pode ter tomado como modelo este frágil complexo defensivo que os portugueses ergueram em redor da própria fortaleza de Ternate, no qual a fortaleza propriamente dita funcionava como núcleo central, enquanto a muralha externa cingia a povoação ou cidade dos portugueses, separando-a da dos “mouros”, tal como figura na descrição de António Galvão, onde funciona também como uma reivindicação de autoria e de serviço régio reportado ao exercício da sua capitania, iniciado em 1536, apenas dois anos volvidos sobre a subida ao trono do rajá de Jeilolo, Katarabumi. Diz Galvão que ele próprio

“começou logo a cercar a cidade e povoação dos portugueses de muros, taipas, cavas e baluartes, sem custar a el-rei um só vintém, porque fora queimado duas ou três vezes; a qual obra se começou na era de 1537 [...]. Fica cada morada sobre si, com hortas, pomares e outras coisas necessárias que se podem remediar aos cercos, que fica tudo dos muros para dentro em que há campo largo”.⁴⁹

Enquanto a cerca de taipa que envolvia o povoado português era uma fraca obra, sujeita a derrocadas sob as contínuas chuvas equatoriais, as fortificações com dupla muralha erguidas pelos reis locais, ou seja, as duas

em Jeilolo a que se fez menção acima, e aquela outra, já referida, que resultou da remodelação da fortaleza portuguesa de Ternate, capturada, em 1575, pelo sultão local, Baab Ullah, tinham, pelo contrário, na muralha externa, resistente à própria artilharia europeia, e no conjunto de fossos que a rodeavam, as suas principais defesas.

CONCLUSÃO

Remonta ao século XVI uma tradição de preservar, reutilizar e adaptar objectos, edifícios e conceitos tecnológicos de origem europeia imbuídos de forte carga simbólica aos olhos das elites e dos habitantes das ilhas Molucas. O bom estado de preservação em que se encontra o forte de Toluku fornece um exemplo importante, observável nos dias de hoje, de incorporação de elementos europeus na tradição de construção asiática, resultando numa mistura desenvolvida localmente e distinta da tradição que os portugueses e os espanhóis trouxeram consigo.

A partir das fontes portuguesas e espanholas exumámos outros exemplos que estavam votados ao esquecimento. Apesar de escassos, são em número suficiente para permitir falar do aparecimento de uma nova tendência construtora nas Molucas em meados do século XVI a partir da influência europeia. A construção de fortificações ao gosto europeu, estreitamente ligada à necessidade de afirmação de prestígio por parte dos diferentes monarcas da região, representa uma mudança no sentido de uma crescente incorporação das técnicas arquitectónicas de inspiração europeia que está, aliás, em consonância com a evolução verificada no armamento de fogo produzido e usado na generalidade do Sueste Asiático e com o aparecimento de cidades muradas. A primeira destas cidades sueste-asiáticas protegidas por muralhas terá sido Ayutthaya, por meados do século XVI, talvez por influência portuguesa ou chinesa. No início do século XVII, várias outras cidades de Java, como Japara, Tuban e Surabaya, ou nas Celebes, como Macassar, rodearam-se parcialmente de muralhas de tijolo na parte virada ao mar, ou possuíam cidadelas muradas, que protegiam as sedes políticas e as respectivas elites dirigentes, como em Banten ou em Pahang, evolução urbanística a que não foi estranha a actividade militar da *Vereenigde Oost-Indische Compagnie* (VOC) nesta região.⁵⁰ **RC**



NOTAS

- 1 J. D. Legge, "The writing of Southeast Asian History", in Nicholas Tarling (ed.), *The Cambridge History of Southeast Asia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, vol. 1, p. 7.
A designação "austronésio" é uma construção conceptual baseada em dados na sua maioria provenientes da arqueologia e da linguística. Pretende aglutinar os povos que falam línguas do grupo malaio-polinésio e que se terão espalhado a partir do sul da China, onde o seu rasto se perdeu, em direcção à Formosa, ao Japão, às Filipinas e ao arquipélago malaio-indonésio, até Madagáscar e às ilhas do Pacífico. O seu modo de vida marítimo e a especificidade da sua agricultura seriam responsáveis por não se terem fixado na Nova Guiné e na Austrália. Um *dossier* bastante completo sobre a questão pode ser encontrado em Peter Bellwood, James Fox e Darrell Tryon (eds.), *The Austronesians: Historical and Comparative Perspectives*. Camberra: Australian National University Press, 1995 [reeditado electronicamente em 2006 e disponível em <http://epress.anu.edu.au/austronesians/austronesians/pdf/austronesians-whole.pdf>, acedido em 29.03.2009]. Para uma breve apresentação do tema, Geoff Wade, *The Pre-Modern East Asian Maritime Realm: An Overview of European-Language Studies*. Singapura: National University of Singapore, Asia Research Institute Working Paper Series no. 16, Dez. 2003, pp. 1-2 [disponível em http://www.ari.nus.edu.sg/docs/wps/wps03_016.pdf, acedido em 23.03.2009].
- 3 Para uma panorâmica geral da história das Ilhas Molucas numa perspectiva que se mantém ainda muito fresca, veja-se Leonard Y. Andaya, *The World of Maluku. Eastern Indonesia in the Early Modern Period*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1993.
- 4 Roderich Ptak, "The Northern Trade Route to the Spice Islands: South China Sea - Sulu Zone - North Moluccas, (14th to early 16th century)", *Archipel*, 43 (1992), pp. 27-55. Cf. M. Lobato, "Os chineses nas ilhas Molucas: da prioridade no comércio de longa distância à fixação de uma comunidade residente", in Jorge dos Santos Alves (coord.), *Portugal e a China I. Conferências nos Encontros de História Luso-Chinesa*. Lisboa: Fundação Oriente, 2001, pp. 147-148.
- 5 Além do estudo referido na nota precedente, veja-se também "O cravo, as Molucas e os portugueses", in Inácio Guerreiro (coord.), *A Epopeia das Especiarias*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Edições Inapa, 1999, pp. 104-130.
- 6 Para uma discussão alargada do advento do Islão nas ilhas Molucas, especialmente em Ternate veja-se o nosso "Islam, ethnicité et pouvoir: représentations portugaises et espagnoles des îles Molouques 16^{ème} siècle", comunicação apresentada no *Colloque International et Pluridisciplinaire les Philippines, une Histoire, un Espace, des Sociétés*, Universidade de Estrasburgo, 25-27 de Nov. de 2010. Para uma discussão do papel do papel desempenhado nestas ilhas pelo Islão na resistência à missão, veja-se ainda M. Lobato, "En este cabo de mundo". A missão nas Molucas no século XVI e a 'fronteira' do Islão", in *Povos e Culturas*, Lisboa, 11, 2007, pp. 211-230.
- 7 Veja-se mais adiante a exposição sucinta dos contornos da autoridade e sacralidade de que os *sangaji*, enquanto "reis" menores, estavam investidos.
- 8 Charles Boxer e Frazão de Vasconcelos, *André Furtado de Mendonça*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955 [reimp. Lisboa/Macau: Fundação Oriente/Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989], foto entre as pp. 70-71.
- 9 M. Lobato, *Fortificações Portuguesas e Espanholas na Indonésia Oriental*. Lisboa: Prefácio, 2009, pp. 21-23.
- 10 Idem, "Fortalezas do Estado da Índia: do centro à periferia", *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses [CNCDP], 1994, pp. 43-4 e 47.
- 11 Idem, "Implementar a União Ibérica na Ásia: o relato da viagem de Francisco de Dueñas de Manila a Maluco em 1582", in A. Freitas de Meneses e J. P. Oliveira e Costa (coord.), *O Reino, as Ilhas e o Mar-Oceano. Estudos em Homenagem a Artur Teodoro de Matos*. Ponta Delgada/Lisboa: Universidade dos Açores/Centro de História de Além-Mar [CHAM], 2007, vol. 2, pp. 785-811.
- 12 Idem, "As Molucas e as Filipinas no tempo dos Áustrias. Tensão, convergência e acomodação entre os impérios ibéricos na Ásia", comunicação apresentada ao *Colóquio Internacional Portugal na Monarquia Espanhola. Dinâmicas de integração e de conflito*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa/Instituto Cervantes, 26-28 de Nov. de 2009.
- 13 Como ele mesmo diz: "Fiz um forte chamado de San Juan de Toloco que dista um tiro de canhão do forte Melayu". *Méritos y servicios de Fernando de Ayala, Filipinas*, Jul. 23, 1622, Archivo General de Indias [AGI], *Patronato* 53, R. 25, *apud* Marco Ramerini, *Le fortezze spagnole nell'isola di Tidore*, in www.colonialvoyage.com/molucche/4_fortispagnoli.html (acedido em 24.02.2008). Este trabalho já não se encontra disponível neste endereço, tendo passado a ser comercializado como livro electrónico em <http://ilmiolibro.kataweb.it/schedalibro.asp?id=18032>.
- 14 Idem, *Méritos de Fernando de Ayala*, 27 de Julho de 1643, AGI, *Indiferente*, 112, N. 47.
- 15 Idem, *Informaciones de Centeno Fernando Maldonado*, 1615, AGI, *Filipinas*, 60, N. 18; *Méritos y servicios de Fernando de Ayala*, 23 de Julho de 1622, AGI, *Patronato* 53, R. 25.
- 16 Vejam-se as cartas de Juan de Esquivel ao rei Filipe III, Ternate, 9 de Abril e 2 de Maio de 1606, Archivo General de Indias, *Patronato* 47, Ramo 3, 2, 1/14, e Ramo 21, 1, 1-32, parcialmente publicadas em Francisco Colín, *Labor evangélica de los obreros de la Compañía de Jesús en las Islas Filipinas*, edição de Pablo Pastells, S. J. Barcelona: Imprenta de y Litografía de Henrich y Compañía, 1904, vol. 2, pp. 48 e 56.
- 17 *Ibidem*, p. 56, nota, em castelhano no original.
- 18 *Documenta Malucensia*, vol. 3 (1606-1682), ed. e anotações de Hubert Jacobs, S. J. (*Monumenta Historica Societatis Iesu*, vol. 126). Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1984, p. 242, nota 8.
- 19 Cristóbal de Azcoeta a Juan de Silva, governador das Filipinas, sobre a condição das forças sob seu comando, Ternate, 23 de Abril de 1610, in *Cartas del Virrey Luis de Velasco*, 5, AGI, *Mexico*, 28, N. 2, *apud* Marco Ramerini, *Le fortezze spagnole nell'isola di Tidore*, cit.
- 20 Anónimo, "Relação breve da ilha de Ternate, Tidore e mais ilhas Malucas, aonde temos fortaleza e presidios, e das forças, naos e fortalezas que o inimigo olandes tem por aquellas partes," in A. da Silva Rego (ed.) *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, vol. 1, p. 168, repetido no vol. 2, p. 54.
- 21 Leonard Y. Andaya, *The World of Maluku. Eastern Indonesia in the Early Modern Period*, cit., p. 227.
- 22 M. Lobato, *Fortificações Portuguesas e Espanholas na Indonésia Oriental*, cit., pp. 38-39.
- 23 Carta de Pedro de Monte Mayor ao rei de Portugal, Cochim, 14 de Janeiro de 1533, in Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1947, vol. 1, pp. 266-267. Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* [1554], nova edição, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1979, 2 vols., p. 441 e p. 569; Gaspar Correa, *Lendas da Índia*, edição de Rodrigo José de Lima Felner. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1856-1866, vol. 3,

- pp. 175 e 360; Diogo do Couto, *Da Ásia*. Edição crítica e anotada coordenada por M. Augusta Lima Cruz, Lisboa: CNCDP/Fundação Oriente/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, vol. 1, p. 144; “Extracto de la navegación que hizo el general Alvaro de Saavedra con la armada de tres naos remitidas por Hernán Cortés desde las costas meridionales de Nueva España a las Molucas en los anos de 1527 y 1528”, in *Obras de D. Martin Fernández de Navarrete*, vol. 3, *Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los Espanoles desde fines del siglo XV, con varios documentos ineditos concernientes a la historia de la marina castellana y de los establecimientos españoles*. Estudio Preliminar de D. Carlos Seco Serrano. Madrid: Biblioteca de Autores Españoles, 2.ª ed., 1964, p. 57.
- 24 Carta de Vicente da Fonseca ao rei, Maluco, 8 de Dezembro de 1531, in Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões...*, cit., vol. 1, p. 245.
- 25 *El viaje de don Ruy López de Villalobos a las islas del Poniente, 1542-1548*, edición, introducción y notas de Consuelo Varela. Milão: Cisalpino-Goliardica, 1983, p. 144.
- 26 Gabriel Rebelo, “Informação das Molucas”, Texto I, in A. Basílio de Sá (ed.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955, vol. 3, pp. 268-269.
- 27 *El viaje de don Ruy López de Villalobos a las islas del Poniente, 1542-1548*, cit., p. 129.
- 28 *Ibidem*, pp. 268-269.
- 29 Francisco de Sousa, S. J., *Oriente Conquistado a Jesus Christo pelos padres da Companhia de Jesus da Provincia de Goa*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1978, p. 333.
- 30 Gabriel Rebelo, “Informação das Molucas”, Texto I, in A. Basílio de Sá (ed.), *Documentação para a História das Missões...*, vol. 3, p. 269.
- 31 *Ibidem*.
- 32 *Ibidem*, pp. 244, 250-257 e 260.
- 33 *Ibidem*, p. 473.
- 34 *Sangaji*, ou “sangage” e “sangaje” nas formas aportuguesadas que os textos exibem, resulta de *sang*, título javanês reservado aos heróis, semi-deuses, reis ou outros altos dignitários, e *aji*, que significa “rei” (cf. Leonard Y. Andaya, *The World of Maluku. Eastern Indonesia in the Early Modern Period*, cit., p. 59).
- 35 Ch. F. van Fraassen, “Types of Sociopolitical Structure in North Halmaheran History”, in E. K. M. Masinambow (ed.), *Halmahera dan Raja Ampat Konsep dan Strategi Penelitian*. Jakarta: Leknas-Lipi, PT Bhrataraya Karya Aksara, pp. 87-150, reed. in Roy F. Ellen (ed.), *Moluccas Number*. Special Issue of *Indonesia Circle*, 23, 1980, p. 90.
- 36 António Pinto Pereira, *Historia da Índia no tempo em que a governou o visorey dom Luis de Ataíde*, reprodução em fac-símile do exemplar com data de 1617 da Biblioteca da INCM, Introdução de Manuel Marques Duarte, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 110.
- 37 Martin Fernández de Navarrete, *Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los Espanoles desde fines del siglo XV, con varios documentos ineditos concernientes a la historia de la marina castellana y de los establecimientos españoles*, Madrid: Imprenta Real, 1837, vol. 5, p. 422.
- 38 “Relación del viaje de la Armada del Comendador G.ª de Loaisa á las Islas de la Especería ó Molucas en 1525, y sucesos acaecidos en ellas hasta el de 1535 por el Capitán Andrés de Urdaneta”, *apud* Fermín de Uncilla y Arroitauregui, *Urdaneta y la Conquista de Filipinas*, San Sebastián: Imorenta de la Provincia, 1907, pp. 411-414.
- 39 *Ibidem*, p. 401.
- 40 Gabriel Rebelo, “Informação das Molucas”, Texto I, in A. Basílio de Sá (ed.), *Documentação para a História das Missões...*, vol. 3, p. 269, sublinhado no original.
- 41 Veja-se uma síntese sobre esta fortaleza na entrada “Tidore”, in José Mattoso (dir.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo. Arquitectura e Urbanismo*, vol. 3, *Ásia e Oceânia*, Walter Rossa (coord.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 462-463.
- 42 M. Lobato, “A man in the shadow of Magellan: Francisco Serrão, the ‘discoverer’ of the Maluku islands (1511-1521)”, comunicação apresentada ao *International Seminar Indonesia and Portugal: Past, Present and Future*, Museu do Oriente, Lisboa, 16-17 de Nov. de 2009.
- 43 Relación [...] por el Capitán Andrés de Urdaneta, *apud* Fermín de Uncilla y Arroitauregui, *Urdaneta y la Conquista de Filipinas*, cit., p. 412.
- 44 M. Lobato, “Pájaro sin alas”. Acción política de Andrés de Urdaneta y su descripción geo-antropológica de las islas del Maluco”, in Susana Truchuelo García (ed.), *Andrés de Urdaneta: un hombre moderno*, Ordizia: Ayuntamiento de Ordizia/Ministerio de Cultura, 2009, pp. 297-324.
- 45 Segundo Gabriel Rebelo, o capitão Bernardim de Sousa (1546-1549 e 1550-1552), discursando durante o conselho que precedeu a expedição luso-ternatense contra o sultão de Tidore, que entretanto tinha construído uma fortificação, teria expressamente mencionado que tanto esta como a que acabara de tomar ao sultão de Jeilolo “Ambas forão feitas em menos preso da sua [de el-rei de Portugal], a qual, naquella terra, havia de ser só” (Gabriel Rebelo, “Informação das Molucas”, in A. Basílio de Sá (ed.), *Documentação para a História das Missões...*, vol. 3 p. 272).
- 46 João de Barros, *Década Quarta da Ásia. Dos Feitos que os Portugueses fizeram no Descobrimto e Conquista dos Mares e Terras do Oriente [1615]*, actualização ortográfica e anotações de Hernâni Cidade, anotações históricas de Manuel Múrias. Lisboa: Agência-Geral das Colónias, 1948, p. 632 [reed. em CD-ROM, Lisboa, CNCDP, 1998].
- 47 Ver nota seguinte.
- 48 James N. Baker, “Ancestral traditions and state categories in Tidorese village society”, in Leontine Visser (ed.), *Halmahera and Beyond. Social Science Research in Moluccas*. Leiden: KITLV Press 1994, p. 35.
- 49 Hubert Th. Th. M. Jacobs, S. J., *A Treatise on the Moluccas (c. 1544). Probably the Preliminary Version of António Galvão’s lost Historia das Molucas, edited, annotated and translated into English from the portuguese manuscript in the Archivo General de Indias, Seville*. Roma e St. Louis, EUA: Jesuits Historical Institute, 1971, p. 292.
- 50 Anthony Reid, “The Structure of Cities in Southeast Asia, Fifteenth to Seventeenth Centuries”, in *Journal of Southeast Asian Studies*, XI, 2 (Set. 1980), p. 242.